

PROJETO ARQUEOLÓGICO TREMEMBÉ - CEARÁ - BRASIL

ANA LÚCIA NASCIMENTO¹

SUELY LUNA¹

JUSSARA VIEIRA GOMES²

A área piloto do Projeto Arqueológico Tremembé localiza-se no litoral setentrional do Estado do Ceará, no município de Itarema, perfazendo uma área de aproximadamente 4.900 ha.

Geograficamente a região é constituída de terrenos sedimentares terciários e quaternários, formados de areias e argilas diversas. O clima é quente e úmido, com chuvas no período do verão ao outono. Dunas (algumas fixas e outras móveis), lagoas, espessos manguezais e grandes trechos alagados nas margens do rio Aracati-Mirim e outros cursos d'água formam a paisagem local. A vegetação tipicamente litorânea, na zona da praia, inclui muitos cajueiros (nativos da região) e coqueirais. Um pouco mais para o interior, nas margens húmidas dos rios, são comuns os carnaubais e oiticicais.

O critério de escolha do tema do Projeto, bem como da área piloto a ser pesquisada, levou em consideração alguns fatores que julgou-se essenciais para a elaboração das questões a serem levantadas no decorrer das pesquisas. Em primeiro lugar, no que se refere a opção pela arqueologia dos Tremembé deve-se destacar as diversas notícias históricas, desde a época dos primeiros contatos do europeu com os nativos, onde se observa com certa precisão a localização do território Tremembé naquele período. A área escolhida será considerada piloto porque pela história conhecida deste e de alguns outros grupos indígenas brasileiros, uma das características básicas é a sua mobilidade por áreas bem

maiores. Além do mais, o que se busca, no quadro mais amplo da pesquisa, não é apenas entender a situação do grupo em um determinado espaço e tempo, porém a sua formação como povo, que pode ter-se realizado em outro espaço que não aquele ocupado no período histórico colonial.

Além das referências históricas relativas à localização dos Tremembé no litoral cearense, pode-se também basear nas referências atuais dos descendentes daquele grupo, ou seja, dos atuais Tremembé, reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cujas terras estão em processo de demarcação.

Em segundo lugar, um outro critério de escolha da área é consequência das informações arqueológicas que tem-se dessa e de outras regiões adjacentes. Autores do presente trabalho, junto ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LARQ/UFRN), desenvolveram o levantamento arqueológico do litoral norte-rio-grandense, partindo-se da divisa com o Estado da Paraíba até a divisa com o Estado do Ceará, no qual foram assinalados dezenas de sítios arqueológicos assentados em áreas dunares e lagunares. Pela análise preliminar das amostras coletadas, trata-se de ocupações efetuadas por diversos grupos em vários períodos, indo desde a época pré-histórica até o período histórico colonial. Como exemplo, tem-se o atual município de Vila Flor, que originou-se da Missão de Nossa Senhora do Desterro de Gramació, fundada por religiosos carmelitas no século XVII, onde registrou-se a presença de farto material indígena, resgatados durante os trabalhos de escavação. Sabe-se também, pela documentação, da existência da missão catequista de Nossa Senhora da Conceição do Aracati-Mirim (mais tarde denominada Nossa Senhora da Conceição de Almofala), do início do século XVIII, no litoral cearense, a qual está inserida na área piloto do Projeto.

Do mesmo modo como ocorreu no litoral potiguar, já foi iniciado pela Profa. Miriam Cazzetta o levantamento arqueológico do litoral cearense, partindo do limite com o Estado do Rio Grande do Norte indo em direção a divisa com o Estado do Piauí. Foram localizados vários sítios assentados em dunas, os quais apresentam semelhanças com os materiais arqueológicos encontrados no Rio Grande do Norte, porém com um detalhe a acrescentar; parecem ser de dimensões superiores àqueles identificados no Estado vizinho. Assim, os trabalhos do Projeto Arqueológico Tremembé estariam inseridos neste contexto arqueológico amplo que necessita de estudo aprofundado para compreender o processo de ocupação do território e sua diversidade cultural.

Na área piloto do Projeto, além das informações históricas da presença Tremembé e da missão religiosa catequista, já foram identificados 06 (seis) sítios arqueológicos, que por si já justificariam a intervenção arqueológica na região.

Até alguns anos atrás o Ceará era tido como um dos poucos estados brasileiros onde não mais existiam índios. O próprio órgão indigenista oficial (primeiro o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, depois a Fundação Nacional do Índio - FUNAI) endossava esta afirmativa. Tal fato resultou de uma eficiente política governamental desenvolvida na então Província do Ceará durante o século XIX, que procurou negar a presença indígena para favorecer interesses econômicos e políticos que objetivavam a apropriação de suas terras (Moreira Neto, 1971).

Entretanto, grupos indígenas continuaram vivendo no Ceará, de maneira mais ou menos autônoma, a despeito de sua drástica redução numérica e das profundas mudanças culturais sofridas como resultado do contato e da discriminação. E um dos exemplos conhecidos hoje dessa situação são os Tremembé. Nos últimos anos, estes grupos passaram a reclamar seus direitos e a buscar apoio junto a órgãos oficiais e particulares que os possam ajudar.

DADOS ETNO-HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS DE REFERÊNCIA

1. DADOS ETNO-HISTÓRICOS

Ao tempo em que foi iniciada a colonização européia no Brasil o território do atual estado do Ceará era habitado por numerosas nações indígenas, de línguas diversas, entre elas os Tremembé, cuja área de dispersão no litoral brasileiro, em tempos pré-coloniais, parece ter sido ampla, abrangendo terras dos atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará (cf. Métraux, 1946 e Nimuendaju, 1981).

Os primeiros europeus que mencionaram e descreveram os Tremembé foram: o cronista Pedro Mártir de Algéria, que acompanhou a expedição de Vicente Yañez Pinzón (dezembro de 1500 - setembro de 1501) pelas costas da América do Sul, incluindo o nordeste do Brasil; e Américo Vespúcio, por ocasião de sua terceira viagem ao Novo Mundo (1501-1502), quando percorreu o litoral brasileiro (cf. Studart Filho, 1965).

É oportuno registrar que o levantamento de dados históricos sobre sociedades indígenas específicas, no Brasil, é dificultado por dois fatores: por um lado, a grande quantidade de documentos dos primeiros séculos da colonização que fazem referência aos índios em geral, sem especificar o nome de cada sociedade; por outro lado, a escassez de documentos mencionando seja os índios em geral, seja uma sociedade em particular, a partir da segunda

metade do século passado, como resultado da política oficial negativa desenvolvida no país pelo Governo Imperial com relação às populações indígenas, que representavam obstáculo ao modelo de exploração econômica que se implantava na época.

Entretanto, os diversos historiadores brasileiros parecem estar de acordo quanto ao fato de que os índios contatados na costa cearense e descritos tanto por Pedro Mártir de Algéria quanto por Américo Vespúcio teriam sido os da nação Tremembé. Foram eles os protagonistas dos episódios relatados de forma tão pitoresca e insólita por Vespúcio em suas cartas conhecidas pelos nomes de *Mundus Novus e Lettera*, que o florentino enviou a Lourenço Pier de Médicis e a Piero Tomaso Soderini, respectivamente. Como enfatiza Thomaz Pompeu Sobrinho (1980), tais relatos "sensacionalistas" sobre os contatos com os Tremembé do litoral cearense, mostrando-os como antropófagos, foram em grande parte responsáveis pela divulgação das viagens de Vespúcio e pela sua popularidade na Itália e em outros países europeus, onde causaram profunda impressão, na época.

Os índios Tremembé, como são historicamente conhecidos, receberam este nome dos portugueses, ao que tudo parece indicar, devido ao fato de viverem em tremedais, tremembés ou tramembés, isto é, pântanos ou terrenos alagadiços cobertos de vegetação aquática. Sua autodenominação original, bem como sua língua, caíram no esquecimento. Os lingüistas, através do estudo dos poucos vocábulos que ficaram registrados, concluíram que tratava-se de uma língua autônoma, não passível de classificação entre uma das Famílias e/ou Troncos lingüísticos conhecidos (cf. Girão, 1984; Métraux, 1946; Pompeu Sobrinho, 1951; Studart Filho, 1965).

Segundo Métraux, Pompeu Sobrinho e Studart Filho, em suas obras acima referidas, os Tremembé eram pescadores e caçadores nômades, exímios nadadores e vagavam em pequenos grupos pelo litoral, abrigando-se em choupanas simples e pouco elaboradas. Considerados valentes e aguerridos, eram especialistas em emboscadas, por isto sendo muito temidos. Seus maiores inimigos teriam sido os Tupinambá, povo numericamente majoritário em todo o litoral brasileiro. Sua cultura material era constituída de canoas pequenas e velozes, arcos, flechas, lanças, cabaças, artefatos líticos (destacando-se, entre eles, os machados de pedra polida, de forma semilunar ou em forma de âncora), recipientes de cerâmica grosseira e cestos de palha de folhas de carnaubeira.

Durante o século XVI os Tremembé mantiveram contatos esporádicos com os franceses e portugueses que visitaram a costa cearense para conhecê-la, fundando algumas fortificações.

Só no século seguinte os portugueses se apoderaram efetivamente das

terras do Ceará, ora guerreando contra as diversas nações indígenas que aí viviam, ora aliando-se a elas, construindo mais fortificações e fundando povoações.

Também os holandeses tentaram apoderar-se do Ceará no século XVII. Com este intuito chegaram a fazer alianças com os Tremembé. Entretanto, estes acabaram se associando aos portugueses e os auxiliando na expulsão dos holandeses, embora seu trato com os portugueses também tenha sido muito difícil naqueles primeiros tempos da colonização, com freqüentes ataques e revides de ambas as partes.

Foi no início do século XVII, igualmente, que os missionários jesuítas começaram seu trabalho de catequese dos índios do Ceará, mas só na passagem para o século XVIII é que os Tremembé foram aldeados em missão, na região da foz do rio Aracati-Mirim, onde se ergueu uma igreja. Portanto, é a partir dessa época que se encontra o maior volume de documentos referentes aos Tremembé.

Há divergências, entre os autores, sobre o fato de terem sido jesuítas ou não os missionários que os aldearam. Enquanto que em Tutóia, no Maranhão, parece fora de dúvida que os Tremembé foram aldeados pelos missionários da Companhia de Jesus em fins do século XVII, é mais provável que o aldeamento do Aracati-Mirim, no Ceará, tenha ficado a cargo de padres seculares, que mais tarde teriam formado a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, que foi possuidora de rico patrimônio (cf. Valle, 1992).

Pela Carta Régia de 8/1/1698, ao governador do Maranhão, o rei de Portugal assegurou a concessão de sesmarias aos índios da região costeira do Ceará ao Maranhão, enfatizando que de forma alguma estes fossem importunados ou retirados dos sítios que escolhessem para viver.

Atendendo a tal determinação, o Padre José Borges de Novaes, tido como o primeiro missionário encarregado dos Tremembé, os teria aldeado nas três léguas de terra, situadas entre os rios Aracati-Mirim e Aracati-Açu, concedidas a ele e a seu irmão Alexandre Borges de Novaes, cujo registro consta da relação de sesmarias do Ceará (cf. Souza, 1983 e Valle, 1992).

Durante o século XVIII intensificou-se o processo de ocupação do território cearense por parte dos portugueses, com o estabelecimento de número cada vez maior de fazendas de criação de gado para suprir as regiões vizinhas, como Pernambuco e Maranhão, voltadas para a agricultura canavieira e para a exploração de drogas do sertão, respectivamente. Em conseqüência aumentaram, também, os conflitos com os índios, que eram freqüentemente expulsos de suas terras, mortos ou escravizados pelos colonos.

Stuart Filho (1963:10-22) relata a participação dos Tremembé na rebelião

indígena que ocorreu de 1713 a 1715 e que ficou conhecida como o levante dos Tapuias. Pouco tempo depois amotinaram-se novamente, junto com índios Acriús e com os Aleriús ou Arariús, tomando em armas contra os colonos que habitavam nas margens do rio Acaraú e expulsando seu missionário a tiros. O autor comenta que, como resultado, foram vencidos e sofreram pesadas baixas.

Em meados do século XVIII houve uma tentativa de transferência destes índios para a nova Vila de Soure (antigo aldeamento missionário de Caucaia), próximo à atual capital cearense, não tendo sido bem sucedida, na medida em que os Tremembé se negaram a deixar suas terras. Aqueles que chegaram a ser deslocados para Soure não se adaptaram, fugiram e se dispersaram, muitos deles tendo se deslocado para o Maranhão, na ocasião.

Em 1766, o então Governador Borges da Fonseca reuniu-os, novamente, na antiga missão da margem do Aracati-Mirim e naquele mesmo ano a Aldeia do Aracati-Mirim dos índios Tremembés, como era conhecida, tomou o nome de Almofala (Studart Filho, 1963:167-8).

Algumas décadas mais tarde, no “Mappa dos Habitantes da Capitania do Ceará-Grande, em 1808”, apresentado pelo governador Luiz Barba Alardo de Menezes em sua *Memoria sobre a Capitania do Ceará* (1814), Almofala aparece como povoação de índios, com uma população de 100 (cem) homens e 102 (cento e duas) mulheres indígenas.

Em 1818 o Padre Aires de Casal (1943) encontrou os Tremembé vivendo pacificamente em Almofala, dedicados à pesca e à agricultura.

Durante o período em que o Brasil pertenceu a Portugal a política adotada com relação às populações indígenas era ditada pelo governo real português, da mesma forma que a regulamentação com respeito à aquisição de terras, que se fazia através da doação de sesmarias.

Com a independência do Brasil de Portugal a nova política econômica do Império não favoreceu as populações indígenas. O incentivo ao estabelecimento de colônias agrícolas e pastoris, muitas constituídas de imigrantes europeus e a ganância dos grandes proprietários de terras, que desejavam expandir seus domínios, implicavam num movimento de usurpação de terras indígenas (cf. Moreira Neto, 1971).

A extinção da Lei de Sesmarias, em 1822, resultou num período em que as terras ficaram devolutas, detendo sua posse aqueles que estivessem fixados nelas, enquanto se discutia, no âmbito parlamentar, a nova legislação. Defendia-se o término da Diretoria Geral de Índios de cada província, assim como a dispersão das aldeias. No Ceará, entretanto, uma Ata da Sessão do Conselho da Província, de 22/9/1826, apesar de defender isto, faz menção aos índios de Almofala no sentido de poderem eles permanecer em sua aldeia, “aonde tem bastantes recursos para viverem”.

A participação indígena, em maior ou menor grau, nas revoltas populares ocorridas durante a primeira metade do século XIX, após a proclamação da independência do Brasil, serviu de justificativa para a hostilidade e ações repressivas governamentais e de particulares contra os índios, buscando-se eliminar ou comprometer a organização interna de suas comunidades, pelo incentivo à constituição de propriedades individuais entre seus membros e através de outros expedientes, que atingiam direta ou indiretamente as comunidades indígenas, desarticulando-as (cf. Moreira Neto, 1971 e 1982).

Em 1846 o Diretor Geral de Índios do Ceará, em relatório ao Ministro dos Negócios do Império, declara existirem oito aldeias de índios em diferentes pontos da província, além da aldeia da Missão Velha do Crato, muito antiga, e afirma, também, que “consta haverem até índios Selvagens nas extremas desta mesma Província”.

Este era o quadro oficial dos grupos indígenas do Ceará quando foi promulgada a Lei nº 601, de 18/9/1850, que ficou conhecida como a Lei de Terras e foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30/1/1854. Ela objetivava disciplinar o regime fundiário brasileiro no período imperial. Dispôs, inclusive, sobre as normas a serem seguidas no que dizia respeito às terras dos índios. As por eles ocupadas lhes foram asseguradas, permanecendo inalienáveis e de seu usufruto exclusivo, como na legislação anterior. Além disto, ao definir o que se entendia por terras devolutas, esta Lei estipulou que parte delas fosse reservada para a “colonização dos indígenas”.

O registro das terras por meio de livros a serem enviados ao governo foi tarefa árdua, complicada pela falta de funcionários e pela resistência de grupos políticos e econômicos. Até os próprios presidentes das províncias muitas vezes dificultaram o cumprimento do que dispunha a Lei. A demora e o descompromisso no executar das mudanças estipuladas pela nova política fundiária propiciou a freqüente invasão de terras indígenas, deixando essas populações sem o devido atendimento a seus direitos mais elementares.

Valle localizou o “Livro de Registro de Terras da Freguesia da Barra do Acaracú”, datado de 1855 a 1857, onde o vigário Antonio Xavier de Castro e Silva, para dar cumprimento ao estabelecido pela Lei nº 601, fez registrar as terras dos Tremembé de Almofala. Na página 101 do referido livro está o registro nº 695, de 18/3/1857, referente à légua de terra quadrada doada aos Tremembé pelo rei de Portugal, no passado (Valle, 1992:30-1).

O autor comenta, no entanto, que: “Se a Almofala alcançou a regularização pela doação de terra legítima que os índios ocupavam, depois a doação não se viu cumprida e foi totalmente violada por meio de invasões e registros de terra” (Valle, 1992:65).

Alguns anos depois da doação acima, o Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, de 1862, diz que as antigas aldeias deviam ser consideradas extintas, já que seus habitantes estavam se dispersando e os terrenos das aldeias encontravam-se invadidos por estranhos. Estavam-se tomando providências para "...aviventar os rumos de algumas sesmarias de aldeias de índios, distribuir por aquelles que ainda existirem a porção de terras que precisarem para sua cultura, e para vender, e arrendar o restante" (Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, 1862:58).

Apesar do Ministro Couto Ferraz ter criado comissões de medição de terras públicas, pensando combater a invasão das áreas indígenas, Moreira Neto observa que elas acabaram por acentuar o processo de liquidação do patrimônio indígena e preparar a extinção dos aldeamentos (cf. Moreira Neto, 1971).

A última referência a índios encontrada nos relatórios dos presidentes da província do Ceará data de 1863, quando o então presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, refere-se às terras dos "Trambabes de Almofala, no termo do Acaracú", assim como às de outros indígenas, noticiando que seus "...respectivos patrimonios territoriaes foram mandados incorporar á fazenda por ordem imperial, respeitando-se as posses de alguns índios" (Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1863). A partir de então omite-se o assunto nesses relatórios.

Conforme enfatiza Moreira Neto, através de uma única decisão administrativa foram considerados extintos os aldeamentos indígenas do Ceará, mas esses procedimentos oficiais de extermínio dos aldeamentos nem sempre cumpriram seu propósito final, que era a extinção das próprias comunidades indígenas (cf. Moreira Neto, 1982:5).

Em fins do século XIX (1896 ou 1898) uma duna soterrou o povoado de Almofala e seus moradores tiveram que mudar-se para as vizinhanças. Cerca de quarenta e cinco anos mais tarde a duna começou de novo a movimentar-se e a deixar reaparecer a antiga povoação. Os próprios índios, revendo-se, passaram dias e noites tirando a areia que restou e que invadia a igreja e demais construções. Para lá voltaram logo que puderam e a lembrança desses acontecimentos permanece ainda viva entre os habitantes locais.

A persistência de comunidades coesas, constituídas de indivíduos diferenciados da população regional envolvente, impressionou Hohenthal Jr., que comenta ser este fato surpreendente, diante de mais de quatro séculos de dominação cultural européia e, particularmente, tendo em vista que elas estiveram sujeitas a muitas perseguições, principalmente durante o intervalo entre o fim da Junta da Missões e o estabelecimento da Diretoria Geral de Índios, no período

colonial, assim como entre a extinção dessa Diretoria e a fundação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no Brasil independente (cf. Hohenthal Jr., 1960).

O caso Tremembé é mais um desses a que se refere o autor e sua perseguição ainda continua. Com a recente valorização econômica da região, encontram-se sujeitos à invasão cada vez mais intensa de suas terras por estranhos, à expulsão de seus locais de origem, a explorações e humilhações de todo tipo. Sua história oral foi registrada, através da gravação de grande número de entrevistas, em viagens realizadas a Almofala por Jussara V. Gomes, em 1989 e 1992.

A memória da atual população Tremembé de Almofala parece remontar à época do registro 695, já mencionado, seguido pela avivatação dos limites da “terra do aldeamento” ou “terra da santa”, conforme é chamada pelos índios a região em que vivem, por aí ter sido construída a igreja sob invocação de Nossa Senhora da Conceição, que tornou-se sua padroeira. Esta servia de pião para a légua em quadra que lhes foi doada, isto é, uma légua (da época colonial) para cada lado da igreja. Dois dos antigos marcos da “terra do aldeamento” ainda se encontram em seus respectivos lugares e os pontos onde se encontravam os demais, há pouco mais de vinte anos, conforme os depoimentos fornecidos, são amplamente conhecidos na região.

É conveniente observar, aqui, que a extensão da légua que ía da igreja até o mar acha-se muito diminuída, hoje, em conseqüência de um fenômeno geológico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, através do qual o mar está invadindo paulatinamente os terrenos da orla marítima e adentrando cada vez mais em terras antes cobertas de vegetação e habitações.

A história da igreja reveste-se de forte simbolismo para os Tremembé, ligando-se ao seu sentimento de pertencerem a um grupo etnicamente diferenciado da sociedade envolvente, que mantém identidade própria.

A igreja foi tombada pelo antigo Serviço (atual Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1980, tendo sido restaurada ainda durante a primeira metade daquela década.

Dando consistência a este sentido de origem e pertinência à “terra do aldeamento”, e reforçando-o, os Tremembé empregam largamente as categorias “de dentro” (ou seja, os que nasceram e se criaram lá) e “de fora” como qualificadoras, diferenciando índios de não-índios.

O processo de apropriação de terrenos por não-índios desencadeou-se, principalmente, a partir da década de 1940, quando o povoado de Almofala voltou a ficar a descoberto, depois de cerca de meio século soterrado. Intensificou-se nos últimos anos, devido à crescente valorização econômica da região como produtora de lagosta e côco-da-baía, assim como pelo crescimento comercial.

Conforme se pode observar pelo que foi relatado acima, há um *continuum* histórico na área, no que diz respeito a sua ocupação pelo povo Tremembé desde tempos imemoriais, o que possivelmente permitirá um interessante trabalho comparativo e o estabelecimento de correlações entre os dados etnohistóricos e o material arqueológico a ser pesquisado.

1. DADOS ARQUEOLÓGICOS

Foram localizados 06 (seis) sítios arqueológicos, possivelmente relacionados aos antepassados Tremembé, além do sítio histórico conhecido há muito tempo, que é a pequena vila de Almofala, antiga missão catequista Tremembé. Dos seis sítios arqueológicos mencionados, quatro deles foram, localizados no ano de 1989, quando a Profa. Jussara Gomes visitou a área pela primeira vez, os quais ainda não foram nomeados nem posicionados em cartas, os outros dois, Lagoa Luís de Barros e Lagoa da Batedeira, foram localizados e posicionados com auxílio de GPS no ano corrente, pela Profa. Marcélia Marques (UECE - Quixadá). Desse modo pode-se, no momento, realizar apenas uma descrição breve dos referidos sítios.

Os quatro sítios visitados em 1989 apresentam em sua superfície restos de cozinha (*Ostrea sp.*, *Anomalocardia brasiliiana* e outras espécies de moluscos, vértebras de peixes, assim como ossos de animais terrestres de pequeno porte), fragmentos de cerâmica e sedimentos escurecidos pela presença de matéria orgânica, inclusive carvões.

O sítio Lagoa Luís de Barros está localizado em uma área de aproximadamente 80m², entre a Lagoa Luís de Barros e o mar. Os vestígios arqueológicos encontrados na superfície tratam-se de material lítico lascado, fragmentos cerâmicos, fragmentos de ossos de animais e algumas manchas escuras no solo com restos de carvões.

O sítio Lagoa da Batedeira possui uma extensão de aproximadamente 100m², o material arqueológico encontrado na superfície é bem mais abundante que o do sítio Lagoa Luís de Barros, contendo muitos fragmentos cerâmicos e material lítico. Observou-se, ainda, durante essa primeira visita ao sítio, a presença de onze montículos com restos de carvões.

Constatou-se, durante essas visitas, que os sítios arqueológicos estão localizados em áreas onde o processo de revolvimento do solo, motivado pelas atividades agrícolas e pecuária, é bastante intenso, além do que vê-se claramente a expansão da construção de casas, estradas e poços em locais próximos aos sítios. Ainda assim, são numerosos os depoimentos de índios que encontraram locais de antigas moradas de seus antepassados e outros vestígios de suas

atividades no terreno, além de terem encontrado artefatos diversos produzidos pelos mesmos, tais como cachimbos, vasilhas cerâmicas, machados e moedores em pedra, que guardam como relíquias.

Os objetivos deste trabalho visam mais especificamente caracterizar o perfil dos grupos étnicos pré-históricos que habitaram os atuais ambientes dunares no litoral norte do Ceará, numa área de aproximadamente 4900 ha, correspondendo a área de cobertura da reserva indígena Tremembé, e que poderá ser ampliada com o desenvolvimento da pesquisa. Também espera-se localizar crono-espacialmente os sítios arqueológicos pré-históricos nos ambientes dunares, demonstrando a adaptação desses grupos a esse tipo de ambiente.

Através de informações etnohistóricas, poderá se estabelecer um quadro que permita visualizar a distribuição espacial e temporal dos grupos etnohistóricos na região, tentando também identificá-los, e a partir destas informações relacioná-las com dados arqueológicos. Também deve-se estabelecer, através dos resultados das pesquisas antropológicas, o relacionamento com os dados arqueológicos.

Dessa forma o trabalho será dividido em três áreas: Arqueológica, Etnohistórica e Antropológica.

1- ARQUEOLÓGICA

Pelos dados que se tem até o momento, os sítios arqueológicos se situam em áreas de dunas móveis e fixas. Os trabalhos devem seguir uma metodologia onde se adaptem as condições ambientais para poder, em laboratório, recuperar todas as informações sobre a distribuição espacial dos vestígios encontrados.

Os trabalhos de arqueologia serão divididos em quatro etapas: a- o levantamento de sítios arqueológicos; b- sondagens; c- escavação extensiva dos sítios escolhidos na área da pesquisa, e d- as análises laboratoriais.

No primeiro momento, o trabalho deter-se-á especificamente ao levantamento dos sítios arqueológicos, onde se desenvolverá:

- a) localização, posicionamento e cadastramento dos sítios;
- b) levantamento fotográfico e filmico dos sítios.

Só após ter-se um número significativo de sítios cadastrados se poderá, em fases subseqüentes do trabalho, realizar sondagens e escavações extensivas dos sítios selecionados.

2- ETNOHISTÓRICA

Paralelamente ao levantamento e cadastramento dos sítios arqueológicos na área de trabalho, será feito o levantamento bibliográfico sobre a ocupação

de grupos pré-históricos na região. Essa pesquisa fornecerá elementos para um melhor desenvolvimento desta primeira etapa do projeto.

Neste ponto se tentará, através de informações etnohistóricas, realizar um quadro onde se possa observar quais os grupos que habitaram a região do Ceará em estudo, em que período e onde estavam alocados esses grupos e, na medida do possível, tentar adquirir informações quanto a sua cultura material. Essas informações poderão auxiliar no entendimento da presença e adaptação desses grupos na área em estudo. Os procedimentos a serem adotados para a obtenção dessas informações serão:

a) levantamento bibliográfico e documental, seguido de leitura do material obtido através dele, que incluirá fontes escritas primárias e secundárias. Este levantamento será realizado em bibliotecas e arquivos;

b) entrevistas para coleta de histórias de vida e da tradição oral da comunidade Tremembé, assim como levantamento de sua atual distribuição territorial e seus meios de subsistência.

3 - ANTROPOLÓGICA

O enfoque da pesquisa antropológica será a cultura material dos Tremembé. Segundo as primeiras observações realizadas na área, verificou-se a riqueza do artesanato que ainda existe entre eles. A ênfase dada a este tipo de enfoque se justifica pela possibilidade que oferece de se realizar um levantamento completo das técnicas, matérias-primas e do aproveitamento dos recursos disponíveis usados atualmente pelos Tremembé, que poderão auxiliar na identificação de técnicas e matérias-primas pré-históricas

Apesar das mudanças culturais sofridas, como resultado do contato e da discriminação, os remanescentes dos índios Tremembé que ainda vivem no distrito de Almofala, desenvolvem algumas atividades que herdaram de seus antepassados, e que merecem ser estudadas. Atividades como fabricação de cerâmica, confecção de armas de caça, a tecelagem, a pintura simbólica em paredes de casas, o trançado, a construção de casas entre outras que se poderá observar.

Do ponto de vista antropológico, não existe nenhum trabalho científico no Nordeste brasileiro que tenha efetuado tal tipo de estudo visando contribuir com estudos arqueológicos. Sabe-se que esse relacionamento entre o passado e o presente não poderá se realizar de maneira direta, pois muitas e diferentes são as variáveis que influenciaram o processo histórico dos Tremembé. O que se deseja através desse relacionamento entre passado e presente, é que ele sirva como fonte inspiradora para levantar e solucionar questões tanto arqueológicas quanto antropológicas, dentro de seus respectivos tempos e espaços.

¹Arqueóloga do NELA/UFPE

²Antropóloga FUNAI

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Sousa (1990). Escavações arqueológicas da Missão de N. S. do Desterro de Gramació - Vila Flor, RN. **Revista do CEPA**, vol. 17. Nº. 20, Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, pp. 305-318.
- CASAL, Padre Manoel Aires de. (1943). **Corografia Brasileira**. São Paulo, Editora Cultura, volume 2, pp. 165 -177.
- GIRÃO, Raimundo.(1984). **Pequena História do Ceará**. Fortaleza, editora da UFCE.
- GOMES, Jussara Vieira. (1992). **Relatório do Grupo Técnico** Criado pela Portaria do Presidente da FUNAI nº 1366 de 04-09-92.(GT Tremembé).
- HOENTHAL JR, W. D. (1960). As Tribos Indígenas do médio e baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**, NS. São Paulo, volume 12, pp. 37-86.
- MENEZES, Luiz Barba Alardo de.(1871). Memoria sobre a Capitania do Ceará (1814). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Rio de Janeiro, volume 34, pp. 255-286.
- MÉTRAUX, Alfred.(1946). **The Tremembé. Handbook of South American Indians**. Smithsonian Institution, Washington, 1:573-4.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. (1971). **A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX**. Rio Claro.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. (1982). **Sobre o mal uso intensional da evidência histórica a respeito dos Potiguara** (Parecer encaminhado à FUNAI). Brasília.
- NIMUENDAJU, Curt. (1981). **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro, IBGE.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. (1951).Índios Tremembés. **Revista do Instituto do Ceará**, volume 65.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. (1980). **Protohistória Cearense**. Edições UFC.
- Relatório do Presidente da Província do Ceará José Bento da Cunha Figueiredo Júnior**. 09-10-1863.
- Relatório do Diretor de Índios do Ceará ao Ministro dos Negócios do Império**, 1846.
- Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**, de 1862.
- STUDART FILHO, Carlos. (1962). Os aborígenes do Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, 76: 6-73.
- STUDART FILHO, Carlos. (1963). Os aborígenes do Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, 77: 153-217.
- STUDART FILHO, Carlos. (1965). **Aborígenes do Ceará**. Fortaleza, Editora Ceará.
- SOUZA, Maria Bruhilda Telles de. (1983). **Mitos e Simbolos na migração praiana - o caso de Almofala**. Fortaleza, UFCE. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- VALLE, Carlos Guilherme Otaviano do.(1992). **Os Tremembé, grupo etnico indigena do Ceará (laudo antropológico)**. Rio de Janeiro, PETI/Museu Nacional.